

Discutindo os protagonismos indígenas na aula de história: diálogos sobre o povo Xukuru do Ororubá em Pesqueira/PE

Discussing indigenous protagonisms in the story of history: dialogues on the Xukuru people of Ororubá in Pesqueira/PE

Edson Silva¹

Antonio Dyego Vasconcelos Garcia²

Resumo

Apresentamos reflexões sobre uma experiência onde buscamos ressaltar os protagonismos indígenas nas aulas de História, evidenciando o povo indígena Xukuru do Ororubá habitante nos municípios de Pesqueira e Poção/PE. Partindo dos diálogos com a participação de representantes do povo indígena em sala de aula, discutindo situações para superação de pré-conceitos expressos pelos discentes em relação aos povos indígenas, desde os estereótipos físicos até questionamentos sobre os acessos dos indígenas as tecnologias. Favorecendo o ensino para além do livro didático, com uma nova abordagem sobre a temática indígena e os citados indígenas, enfatizando as mobilizações para a conquista e garantias de direitos, especificamente às terras onde habitam, para afirmação da identidade nas relações de convivência com os não índios.

Palavras-Chave: Índios, Ensino, Protagonismos.

Abstract

We present reflections on an experience where we seek to highlight the indigenous protagonisms in the history classes, highlighting the indigenous people Xukuru do Ororubá inhabiting the municipalities of Pesqueira and Poção/PE. Starting from the dialogues with the participation of representatives of the indigenous people in the classroom, discussing situations for overcoming preconceptions expressed by the students regarding indigenous peoples, from physical stereotypes to questions about indigenous access to technologies. Encouraging teaching beyond the textbook, with a new approach to indigenous themes and indigenous peoples, emphasizing mobilizations for the conquest and guarantee of rights, specifically to the lands where they live, to affirm their identity in coexistence relations with non-Indians.

Keywords: Indians, Teaching, Protagonisms.

Introdução

Quais imagens os estudantes pernambucanos não indígenas tem sobre os índios no estado? Provavelmente tenhamos uma resposta padronizada uma vez que, apesar da dimensão territorial do Brasil e a grande diversidade étnica e sociocultural, de forma equivocada, em geral compreendemos que o índio assemelha-se a um padrão físico, baseado em ideias estabelecidas por uma história colonial e por datas comemorativas. A exemplo do 19 de abril, “o Dia do

¹ Doutor em História. Professor na UFPE. E-mail. edson.edsilva@hotmail.com

² Mestrando no PROFHISTORIA/UFPE. Leciona História na rede de ensino privado em Pesqueira/PE. E-mail: dyego.garcia@hotmail.com

Índio”, que não evidencia a importância da história e culturas indígenas na sala de aula, mas reproduz uma imagem folclorizada, sobretudo, sobre os índios no Nordeste.

Por essas razões, são bastante questionáveis as “comemorações” escolares sobre o “Dia do índio”, uma vez que remetem a práticas pedagógicas com conteúdos enfatizando uma perspectiva romântica, exótica ou folclórica. Acerca das abordagens sobre o índio nessa data na escola escreveu uma pesquisadora:

O índio, objeto de conhecimento e de celebração no “Dia do Índio” é, quase sempre, uma figura genérica, estereotipada, exótica, representada pela alegria, ingenuidade, liberdade. Um dos efeitos de tais representações é a produção de um lugar para eles sempre no passado. Além disso, se produz uma rede de saberes que, limitando-se a uns poucos significados compulsivamente repetidos, empobrece os estilos de vida indígenas, conferindo-lhes certos atributos, posicionando-os num conjunto de práticas consideradas estranhas ou exóticas. E porque são vistos como sujeitos genéricos, amalgamados à natureza, causa-nos grande estranhamento a presença de indígenas nas feiras, participando de atividades comerciais, nas ruas de centros urbanos pedindo esmolas, ou em noticiários que deixam ver, de relance e de modo fugaz, a situação de miséria e violência a que eles estão submetidos na atualidade brasileira (BONIN, 2010, p.79).

“O índio” nas aulas de História, em geral, é citado em momentos que não demandam tipo algum de protagonismo e, em alguns casos são ridicularizados pela prática do escambo e pelos limitados recursos quando relacionados ao cotidiano europeu da época. E ainda, temos o problema dos chamados índios “misturados” que adaptaram-se ao convívio com os colonizadores e por isso foram chamados de “não-índios”. E por não apresentarem características físicas e culturais de uma visão estigmatizada da maioria da população, provocam um falso dilema: são índios ou “deixaram de ser índios”?

Tratar da temática indígena na sala de aula é também discutir sobre a diversidade sociocultural na história e na atualidade. Discutindo sobre as relações de poder, os conflitos e as disputas que ocorrem em nosso país. Isso porque,

Falar de diversidade ao abordar a temática indígena parece ser um modo de reconciliar a história e de harmonizá-la, conferindo relevo ao que pode ser celebrado, a um legado cultural, social, histórico, retirando do foco as relações de poder, os conflitos, os genocídios, as violências praticadas nas históricas e atuais disputas, em especial, pelo território. Na retórica da diversidade, não faz sentido indagar quem está autorizado a narrar, quem ocupa um lugar central numa política de representação e quem define os termos a partir dos quais se caracterizam os “iguais” e os “diferentes”. Sendo a diversidade entendida como “natural”, obviamente não é pensada como algo que possa ou deva ser superado, mas ela é tomada como menor e subordinado, que complementa e fortalece a identidade referencial (BONIN, 2010, p.78).

Os povos indígenas no Nordeste vêm ocupando cada vez mais o cenário sociopolítico regional, questionando os tradicionais discursos e imagens que ainda advogam a inexistência,

a extinção ou o gradual desaparecimento dos índios na Região. Até bem recentemente, os indígenas no Nordeste foram desconsiderados nas reflexões históricas, antropológicas e das Ciências Humanas e Sociais, numa visão baseada em concepções da aculturação ou mestiçagem, formulada após a extinção oficial dos aldeamentos em meados do século XIX (OLIVEIRA, 2004; SILVA, 2017).

Os registros históricos mais antigos sobre os Xukuru são de 1654, quando após o fim das guerras com os holandeses, senhores de engenho do litoral receberam doações de sesmarias de terras para a expansão colonial portuguesa no interior pernambucano. Em 1661 missionários Oratorianos, a pedidos da Coroa portuguesa, fundaram o Aldeamento do Ararobá de Nossa Senhora das Montanhas, onde também como os colonizadores portugueses os religiosos eram donos de fazendas de gado com a mão de obra indígena (MEDEIROS, 1993).

Por determinação da legislação portuguesa, após o Diretório do Marquês de Pombal de 1757, também conhecido por Diretório Pombalino, o Aldeamento foi elevado à Vila e passou a ser chamado Vila de Cimbres. Denominação de uma antiga povoação no Norte de Portugal. Na chamada Comarca do Sertão de Pernambuco, a mesma legislação também favoreceu a vinda de portugueses para Cimbres e incentivou os casamentos de lusos com os indígenas. Pouco a pouco, os colonizadores foram se apossando das terras da antiga missão religiosa (SILVA, 2017).

Nessa região do Semiárido pernambucano de clima predominante seco, poucas chuvas e longas estiagens, a Serra do Ororubá habitada pelos indígenas é um brejo de altitude. Local de densa mata serrana, com fontes e cursos de águas que correm em direção ao sopé da Serra, formando os brejos de pé de serra, espaços para o plantio da agricultura de consumo pelos índios. Nos períodos de secas ocorreram disputas pelas locais úmidas e pelas fontes de água, isso porque esses locais eram usados para o gado, provocando conflitos entre os fazendeiros invasores e os indígenas, os primeiros habitantes (SILVA, 2016).

Com a expansão das fazendas e o plantio de capim para o gado, foram diminuindo os espaços destinados às lavouras e até os locais de moradias, provocando a dispersão de famílias indígenas. No final das primeiras décadas do século XIX a legislação do Diretório Pombalino foi revogada, o Aldeamento de Cimbres foi reconhecido, embora com as terras em muito invadidas por fazendeiros. E, após a Lei de Terras de 1850 a oligarquia que se instalara naquela região foi beneficiada, quando a Câmara de Pesqueira, formada por vereadores fazendeiros, alegando a inexistência de índios puros, pois estavam misturados com a população não índia local e a necessidade de expansão do Município, solicitou as terras do antigo aldeamento as

autoridades provinciais e ao Governo Imperial. Atendendo as insistentes solicitações, em 1879 o Governo Imperial decretou oficialmente a extinção do Aldeamento de Cimbres (SILVA, 2008).

Do início do século XX até a década de 1970 ocorreu a expansão da agroindústria em Pesqueira. As fábricas Peixe e a Rosa, comandadas por famílias tradicionais, foram as mais conhecidas pela produção de doces, conservas, derivados do leite e também pelos grandes plantios de tomates e árvores frutíferas na região. As matas na Serra do Ororubá foram derrubadas, árvores destinadas como combustível para as indústrias e os trens que escoavam a produção para o Recife. As famílias indígenas expulsas de suas terras vieram morar na cidade, em bairros periféricos e muitos indígenas tornaram-se operários nas fábricas. Outras famílias indígenas continuaram habitando pequenos pedaços de terras, os sítios, espremidas pelas fazendas de gado e os citados plantios (SETTE, 1956).

Em fins da década de 1980 quando os índios Xukuru do Ororubá iniciaram as mobilizações pela demarcação das terras, acirraram-se os embates com os fazendeiros. Os latifundiários invasores nas terras do antigo Aldeamento de Cimbres recorreram a várias contestações jurídicas desde o início para a delimitação da Terra Indígena Xukuru obstruindo o processo, o que levou os próprios índios a retomarem as terras que estavam nas mãos dos fazendeiros. Os conflitos provocaram ameaças, perseguições e diversos assassinatos de indígenas (NEVES, 2005, p. 75-76).

Nas discussões com os estudantes em Pesqueira sobre a temática indígena é necessário considerar a proximidade das vivências do povo Xukuru do Ororubá, habitantes na maioria no território indígena demarcado localizado na zona rural município, mas também índios moradores em bairros na área urbana da cidade. E apesar do intenso convívio, os indígenas enfrentam preconceitos e são “esquecidos” no ensino da História de Pesqueira. Principalmente quando a maioria dos discentes nas instituições privada de ensino é composta por filhos da elite e, em alguns casos, os familiares foram oficialmente considerados invasores nas terras do povo Xukuru do Ororubá.

Buscamos problematizar essas situações, propondo a prioridade ao ensino sobre a história e as culturas indígenas em sala de aula, como determinado pela Lei nº 11.645/2008, a partir de diálogos acerca da temática com a participação de representantes do povo Xukuru do Ororubá, fomentando para o aluno a necessidade de ampliar os conhecimentos a respeito dos índios e provocando mudanças nas ideias em relação aos povos indígenas.

Discutindo a temática indígena em sala de aula

A experiência foi vivenciada durante aulas no 9º ano do Ensino Fundamental em uma escola da rede privada em Pesqueira/PE. Escola essa com o corpo discente formado na maioria por alunos de famílias de alta renda, também de ruralistas e empresários do agronegócio. No município está localizada parte considerável do Território Xukuru do Ororubá, situado na Serra do Ororubá, com uma extensão de 27.555 hectares demarcados pelo Governo Federal em 2001. A população foi contabilizada em 12.139 indígenas (LEAL e ANDRADE, 2013, p.8). E ainda estimado que cerca de 200 famílias residem na área urbana na cidade em diversos bairros, embora a maioria no Bairro “Xucurus” (ALMEIDA, 2002, p.52). A relevância da presença indígena para Pesqueira é evidenciada pelos dados supracitados, uma vez que a extensão do território indígena demarcado equivale a aproximadamente 25% do total do município e a população corresponde a aproximadamente 20% dos habitantes¹

Mediante dados expressivos sobre os índios Xukuru do Ororubá em Pesqueira, a situação incentivou a refletir sobre a experiência vivenciada em sala de aula, na busca para superação dos estereótipos sobre “o índio” que povoam o imaginário de uma considerável parcela dos alunos no Ensino Fundamental. Observando ainda que na rede privada de ensino a quantidade de educandos indígenas é mínima. Sendo comum durante as aulas de história, quando a temática estudada são os povos indígenas, alguns comentários discriminatórios sobre o cotidiano dos índios, relacionados principalmente as expressões socioculturais, exigindo do educador discussões com os discentes para dirimir equívocos e preconceitos contra os indígenas.

Em relação aos estereótipos sobre os indígenas um pesquisador escreveu:

O desconhecimento sobre a situação atual dos povos indígenas está associado basicamente à imagem do índio que é tradicionalmente veiculada pela mídia: um índio genérico com um biótipo formado por características correspondentes aos indivíduos de povos nativos habitantes na região amazônica e no Xingu, com cabelos lisos, pinturas corporais e abundantes adereços de penas, nus, moradores das florestas, de culturas exóticas etc. (SILVA, 2002, p. 46)

Expressões como “se não mora na aldeia não é índio”, ou “se não pinta o rosto não é índio”, e ainda “se é branco, automaticamente não é índio” são frequentemente proferidos pelos estudantes. Entretanto, essa situação-problema pode ser explicada pelo desconhecimento acerca dos protagonismos indígenas nas aulas de História e a falta de compreensão sobre as estratégias utilizadas pelos índios frente a colonização e invasões dos seus territórios.

Sobre os desconhecimentos dos protagonismos indígenas, é necessário considerar a quase ausência do índio no livro didático, uma vez que os conteúdos sobre os indígenas são referentes apenas ao início da colonização portuguesa no Brasil. E, posteriormente, parcamente nos conteúdos sobre cultura brasileira e em outros fragmentos nos assuntos estudados de uma forma em geral, porém, sempre suprimido ou esquecido pela prioridade na ênfase da colonização na maioria dos livros. Uma situação que padroniza o índio apresentado no livro didático, omitindo as diversas experiências históricas e atuais vivenciadas pelos povos indígenas. Isso porque no livro didático,

De um modo geral, quando o assunto são os índios, eles ainda são percebidos como bons, inocentes, mas ao mesmo tempo preguiçosos e violentos, especialmente quando são apresentados como obstáculo ao progresso e ao desenvolvimento do país. Nos meios de comunicação a presença indígena é apresentada, ora como um obstáculo ao progresso, especialmente em relação à abertura de novas áreas seja para a atividade pecuarista, ou para a construção de estradas e hidroelétricas, ora como os verdadeiros protetores da natureza. Em outras palavras, a forma de apresentação dos povos indígenas continua condicionada à motivação do colonizador/conquistador. Em outros termos, essa ideologia dominante mantém um discurso de caráter eurocêntrico que acaba por negar as múltiplas identidades nacionais, em especial as identidades étnicas indígena e negra (LAMAS; VICENTE; MAYRINK, 2016, p.125-126).

Como escreveu o reconhecido pesquisador John Monteiro, “importa recuperar o sujeito histórico que agia (age) de acordo com a sua leitura do mundo ao seu redor, leitura esta informada tanto pelos códigos culturais da sua sociedade como pela percepção e interpretação dos eventos que se desenrolavam” (MONTEIRO, 1999, p.248).

A experiência vivenciada em sala de aula provocou reflexões sobre os processos de aprendizagem para superação de preconceitos contra os indígenas. Mas, para isso, faz-se necessário uma abordagem diferenciada sobre a temática indígena, sobretudo observando os índios Xukuru do Ororubá em Pesqueira, relação a ênfase no ensino geralmente aos indígenas no Norte e Xingu, favorecendo maiores conhecimentos para o aluno. Nesse caso, a viabilidade ocorreu com diálogos em sala de aula buscando a imersão dos alunos na história do povo indígena local, conhecendo suas expressões socioculturais e mobilizações por direitos.

A aula ocorreu com uma roda de conversa sobre o povo Xukuru do Ororubá e foi iniciada discutindo ideias, imagens e conceitos expressos pelos alunos em relação aos indígenas em Pesqueira. Com base nas informações dos estudantes foi possível ampliar o debate apresentando uma visão diferenciada acerca do “universo” indígena. Foi convidado um representante do povo Xukuru do Ororubá para a participação em sala de aula atuando nos diálogos e discutindo dúvidas dos alunos, buscando superar preconceitos sobre os índios em Pernambuco e no Brasil.

Tornou-se fundamental que nesse momento da aula o professor estivesse atento aos comentários dos alunos, atuando como mediador, estabelecendo um vínculo entre os conhecimentos do convidado e as curiosidades dos estudantes. Além de inserir no debate a ideia de que o índio convivendo no cotidiano como os não índios não é “menos índio” ou não “deixou de ser índio”. As adaptações de vida dos indígenas nas relações com os não índios, são formas de resistência, para que o índio possam reivindicar direitos e buscar espaço no cotidiano em convívio com a sociedade. Sobre às formas de resistência, um exemplo significativo foi a atuação do Cacique “Xikão” Xukuru, reconhecida liderança nas reivindicações dos direitos do seu povo, assassinado em maio de 1998 a mando dos fazendeiros como comprovou a Polícia Federal.

Outro exemplo de resistência, ocorreu também com a atuação do atual Cacique Marcos Xukuru, quando em fevereiro de 2018 participou na audiência da Corte Interamericana de Direitos Humanos que condenou o governo brasileiro a pagar indenização de 1 milhão de dólares por violação do direito às terras onde os indígenas habitam. Ou também quando a advogada indígena Joênia Batista de Carvalho foi a primeira indígena a defender uma causa vitoriosa no Supremo Tribunal Federal, com a demarcação das terras do seu povo Wapixana, habitantes em Roraima (ALMEIDA, 2010).

E sobre as formas de resistências indígenas, escreveu o pesquisador e professor John Manuel Monteiro:

Para se repensar a resistência dos índios, faz-se necessária uma reinterpretação abrangente dos processos históricos que envolviam essas populações. Mais do que isso, é preciso também reavaliar como os diferentes atores nativos criaram e construíram um espaço político pautado na rearticulação de identidades (...) Assim, tanto as sociedades que se mantinham avessas ao contato, por assim dizer, como as que foram intensamente envolvidas nos esquemas coloniais tiveram que adotar novas formas de resistência, muitas vezes lançando mão de estratégias, retóricas e materiais buscados entre os europeus (...) Estratégias semelhantes, tanto no passado remoto como na atualidade imediata, mostram como os recursos de reivindicação, protesto e revolta alternam com outras opções políticas, frequentemente denominadas “colaboração” ou “acomodação” (MONTEIRO, 1999, p. 241-243)

Como processo avaliativo, foi solicitado que alunos externassem constatações sobre o debate realizado. E neste momento na aula foi evidenciado o reconhecimento dos protagonismos indígenas, sendo apresentadas reflexões que apontaram um novo olhar por parte dos estudantes sobre os indígenas. Com o (re)conhecimento das expressões socioculturais e as mobilizações indígenas por direitos, além de promover maior respeito sobre os povos indígenas no Brasil. Foi também viabilizada uma aula de campo com uma visita ao território Xukuru do Ororubá para conhecimento *in loco* das expressões socioculturais daquele povo indígena.

Uma educação para além do livro didático e conteúdos de ensino restritos, possibilitando o lugar de fala para uma parcela da população que enfrenta o “esquecimento” no universo escolar indígena e em diversas situações em nossa sociedade. Oportunizar o espaço da sala de aula para evidenciar os indígenas é muito importante para construir alternativas de aprendizagens sobre a temática indígena. Apesar das leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 que determinaram o ensino da história indígena, da África, afro-brasileira e sobre as culturas indígenas na Educação Básica, ainda ocorre a supressão de conteúdos para educação das relações étnico-raciais, sobre os indígenas no ensino.

Nessa perspectiva, a pesquisadora Maria da Penha da Silva escreveu:

Creemos que a escola pode ser uma das instituições educativas para contribuir na desconstrução de estereótipos, reduzir os preconceitos e o racismo contra os povos indígenas. Sobretudo considerando a importância da Lei nº 11.645/2008 que trata sobre o ensino da História e culturas dos povos indígenas. Talvez um caminho, seja ouvir o que tem a dizer os povos indígenas, sobre sua história e suas expressões socioculturais. Para isso, é necessário que a escola esteja aberta para esse diálogo, e que possa contar com esses povos na efetivação da citada Lei (SILVA, 2017b, p.291).

Cabendo, portanto, ao professor promover diálogos por meio de alternativas pedagógicas que favoreçam um aprendizado sobre os índios o mais próximo de suas experiências sociohistóricas.

A interculturalidade, no caso brasileiro, passa por ações mais intensas no sentido da construção de um contexto de equidade capaz de compor as premissas do reconhecimento do direito do outro no diálogo entre diferentes culturas. Avançamos muito com as políticas de ações afirmativas, nas quais se incluem a recepção das Leis em análise nesse texto, porém precisamos reconhecer que ainda vivemos numa sociedade marcada pela desigualdade, também do ponto de vista étnico-racial. (MEINERZ, 2017, p..72).

Em uma cidade como Pesqueira, numericamente com uma das maiores populações indígenas no Nordeste, esse debate é necessário, pois é parte das vivências da população não indígena e por essa razão um tema a ser explorado no ensino, para superação de preconceitos e evidenciando o reconhecimento da importância do povo Xukuru do Ororubá na história do município.

Fundamentação teórica

Pois índio pode ter iPad.
Freezer, TV, caminhonete, voadeira
Que nem por isso deixa de ser índio
Nem de querer e ter na sua aldeia
Cuia, canoa, cocar, arco, maracá.²

O trecho acima é da música no documentário “Demarcação já”, que apresenta uma diversidade de povos indígenas no Brasil e as mobilizações para demarcação dos territórios onde habitam, o reconhecimento, garantia e conquista de direitos, além da afirmação de suas expressões socioculturais. Tratando-se de um considerável subsídio para discussões sobre a temática indígena em sala de aula.

Desde a colonização portuguesa no Brasil os povos indígenas foram considerados “selvagens” e “atrasados”. A escravidão, os esbulhos de terras, as violências físicas e socioculturais, a exclusão social, evidenciam que o índio sempre esteve em um escala menor quando comparado com o “homem branco”. Essa diminuição sociocultural desde os primeiros anos da colonização pode ser explicada com a ideia da aculturação, que estabeleceu uma suposta perda de identidade étnica (ALMEIDA, 2010). E a partir desse conceito, acreditava-se que os índios eram povos sem história, negando qualquer protagonismo dos índios na História do Brasil, pois os indígenas foram pensados como irrelevantes.

A elaboração de uma história para o Brasil no século XIX durante o Segundo Reinado, também determinou aos índios um lugar específico. E a partir desse momento os livros didáticos e as aulas de História promoveram o esquecimento dos povos indígenas, das suas expressões socioculturais e os conflitos que permeiam o cotidiano dos índios nas relações como os não índios na maioria das vezes com posturas colonizadoras.

Segundo a pesquisadora e professora Maria Regina Celestino de Almeida:

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838 com a intenção de criar uma história do Brasil que unificasse a população do novo estado em torno de uma memória histórica comum e heroica, iria reservar aos índios um lugar muito especial: o passado. Nessa história, os índios apareceriam na hora do confronto, como inimigos a serem combatidos ou como heróis que auxiliavam os portugueses (ALMEIDA, 2010, p. 17)

No Nordeste brasileiro, a situação foi acentuada ao longo dos anos. O índio amazônico vem sendo “utilizado” como emblema étnico. E ainda é ensinado anualmente nas escolas não indígenas que o indígena “verdadeiro” habitam as florestas na Região Norte. E os índios no Nordeste que tornaram-se “misturados” pela convivência de longo tempo com os colonizadores, são considerados sem “autenticidade” e até sem maiores interesses para as pesquisas. Outra situação nos conflitos de narrativas sobre os índios do Nordeste trata-se da ação constante de fazendeiros invasores nas terras indígenas. Sem a demarcação de terras os índios estão em situações desfavoráveis, gerando preconceitos pelas oligarquias invasoras nos territórios indígenas

Segundo o antropólogo e professor João Pacheco de Oliveira:

(...) A etnologia indígena não possuía o mesmo poder de atração das investigações sobre as religiões afro-brasileiras, a arqueologia ou o folclore, e mesmo as incursões dos catedráticos que estavam referidos à linguística ou à antropologia social não deixaram de abordar em suas teses e comunicações as temáticas indígenas através do viés do passado. Isso se refletia ainda com mais clareza nos museus, onde as culturas indígenas eram representadas, seja por meio de peças arqueológicas e relações históricas de populações que viveram no Nordeste, seja por coleções etnográficas trazidas de populações atuais do Xingu ou da Amazônia (OLIVEIRA, 2004, p. 17-18).

É importante considerar que o compreendido por “mistura” deve ser percebido como forma de resistência e mobilizações por direitos, reafirmando assim o sentimento de pertencimento indígena aos territórios (DANTAS, 2015). Reconhecendo o índio como participante no cotidiano da nossa sociedade, afirmando a identidade e as expressões socioculturais.

No Nordeste os atuais povos indígenas vivenciaram longos processos históricos que provocaram transformações em suas identidades e expressões socioculturais:

Essas mudanças ocorreram devido aos contatos entre índios e não índios e entre indígenas de grupos diferentes que passaram a viver juntos nas aldeias e vilas, o que resultou em mestiçagens culturais e identitárias. Esses contatos entre índios e não índios promoveram transformações na relação com o território, nas culturas e nas tradições indígenas. Diante disso, é preciso entender a mestiçagem como aspecto constitutivo da identidade indígena e com resultante de processos históricos. Podemos, então, questionar a ideia de “pureza” usada como modelo pelas autoridades e pelos intelectuais do século XIX (DANTAS, 2015, p.98-99).

Sobre o ensino da história e culturas indígenas ressaltamos a legislação vigente que com a Lei nº 11.645/2008 determinou a obrigatoriedade do ensino, entretanto, apesar da legislação na prática o ensino da temática indígena ainda é suprimido, com abordagens reportado ao passado, com imagens estereotipadas e desconsiderando as mobilizações indígenas por direitos. Sendo inclusive essa forma de ensino comum em escolas como a analisada na experiência, com padrão de alta renda entre os discentes.

Sendo necessário ressaltar a importância da discussão da temática indígena nas escolas não indígenas, considerando as relações históricas de nossa sociedade com os povos indígenas:

Se os povos indígenas empreendem esforços para concretizar o diálogo intercultural, nos levam a pensar que se a proposta educacional é conviver e efetuar trocas com as sociedades indígenas, a escola terá que fazer um esforço para conhecer esses povos, sua história e sua cultura e, mais especialmente, afirmar uma presença que supere a invisibilidade histórica que se estende até o presente. Apesar da colonização, do genocídio, da exploração, da catequização, da tentativa de assimilar os indígenas à sociedade nacional, estes povos mantiveram-se aqui, resistentes, mesmo que por vezes silenciosos. Se apresentam fortes, num movimento político de afirmação étnica, mostrando que aqui estão e permanecerão (BERGAMASCHI; GOMES, 2012, p.55).

Entretanto, desde as séries iniciais do Ensino Fundamental de forma equivocada ocorrem situações que reforçam ideias para o aluno sobre os índios. É comum durante o “19 de abril”, os professores e as professoras adornarem os estudantes com penachos de papel, pintem seus rostos de forma aleatória e entoando cantos desvinculados das expressões socioculturais dos povos indígenas na atualidade.

Em um município onde existe um território indígena como em Pesqueira, é mister que o tema “cultura indígena” seja tratado de forma menos aleatória e com informações precisas, a partir dos conhecimentos sobre as práticas socioculturais do povo Xukuru do Ororubá. Pois,

Apesar dos indígenas estarem vivendo na cidade e utilizarem recurso dos não-indígenas, esse contato entre as duas culturas só faz reafirmar a identidade cultural dos povos ameríndios. Por isso, há a necessidade constante dos povos que aqui estão em se reafirmarem enquanto índios e mostrarem o quanto a sua cultura está presente atualmente apesar das transformações surgidas a partir desse contato interétnico (GOMES, 2011, p.66).

Discutindo a história do povo Xukuru do Ororubá, evidenciando a relevância histórica para Pesqueira, para a produção de alimentos, a mão de obra na lavoura e também na agroindústria que outrora existiu no município, as mobilizações e a resistência dos indígenas. Como escreveu a pesquisadora Maria da Penha da Silva:

Foram valores simbólicos e cosmológicos, bem como a força da organização social, que possibilitaram ao povo Xukuru do Ororubá conquistar, ano após ano, um lugar de destaque dentre os demais povos indígenas em Pernambuco e no País. É o primeiro povo indígena naquele estado a ter concluído o processo de homologação e desocupação da sua terra por parte dos posseiros não índios; também são visíveis os avanços na área de Educação diferenciada, na agricultura orgânica, nas políticas de saúde e na organização sociocultural daquele povo (SILVA, 2018, p.84).

Partindo de alguns exemplos de participação dos Xukuru do Ororubá na história local, como o trabalho de muitos indígenas nas indústrias de doces e conservas na cidade, como na fábrica Peixe e na fábrica Rosa. Sobre esse assunto o pesquisador e professor Edson Silva escreveu: “Em suas memórias, os índios Xukuru do Ororubá falaram dos plantios existentes na Serra do Ororubá destinados à indústria de doces, e ainda da época em que trabalharam nas fábricas em Pesqueira (SILVA, 2008, p. 172). O pesquisador também evidenciou as mobilizações e resistência Xukuru do Ororubá, citando a participação dos indígenas nas Ligas Camponesas na década de 1960 (SILVA, 2008).

Os relatos do povo Xukuru do Ororubá evidenciam as várias mobilizações daquele povo indígena pelos direitos, especificamente a demarcação das terras para viverem com dignidade enquanto um povo indígena. Seja por meio da reconhecida atuação do Cacique “Xikão” ou recentemente com seu filho o Cacique Marcos, o povo Xukuru do Ororubá afirma

a identidade e ocupa o cenário político com suas reivindicações. Sendo inegável a participação indígena na história municipal.

E os Xukuru do Ororubá expressaram a necessidade das escolas não indígenas em Pesqueira conhecerem e discutirem as histórias da resistência dos indígenas, como evidenciou a pesquisadora Maria da Penha da Silva:

Esse conteúdo representaria um contraponto à história oficial do município. Entendendo que o acesso a essa história possibilitaria a compreensão de vários outros aspectos, como por exemplo, as motivações das mobilizações Xukuru do Ororubá para conquista da posse da terra onde habitam atualmente; as relações socioeconômicas entre o povo indígena e a sociedade não indígena local; a identidade étnico-cultural do povo. Nesse sentido, as lideranças entrevistadas justificaram a importância da educação formal para possibilitar o acesso das “pessoas da cidade” ao conhecimento sobre essa história, não somente do passado, mas também na contemporaneidade (SILVA, 2017b, p.299).

Histórias e memórias do povo Xukuru precisam ser evidenciadas para o reconhecimento dos protagonismos dos indígenas em sala de aula, enfatizando as várias formas de resistência e as expressões socioculturais indígenas.

Em Pesqueira nas escolas públicas municipais, por parte das professoras que atuam no o Ensino Fundamental, ocorrem esforços para superar o pensar o índio apenas no “19 de abril”;

Entretanto, por mais que exista esforço de superação por parte das professoras, a exemplo de não tratar sobre a temática indígena apenas no dia 19 de abril, ainda é necessário que haja atenção à ausência de políticas públicas de formação continuada para uma educação das relações étnico-raciais, que possibilitem a participação de especialistas no assunto, sobretudo convidando líderes indígenas para as escolas, como palestrantes e protagonistas das narrativas históricas sobre seu povo; orientações às professoras sobre as possibilidades de acesso a referenciais teórico-metodológicos coerentes com as produções acadêmicas atualizadas sobre a temática indígena; planejamento institucional vislumbrando incluir a abordagem da temática indígena como conteúdo curricular sistemático e contínuo; subsídios didáticos adequados ao contexto local; por fim, visitas pedagógicas ao território indígena, previamente articuladas com suas lideranças (SILVA, 2018, p.99).

E para que os discentes em Pesqueira nas escolas públicas e privadas, conheçam e reconheçam, valorizem e tenham o devido e merecido respeito para com o povo Xukuru do Ororubá e suas expressões socioculturais, em um outro olhar para a História local e sobre os índios na História do Brasil.

Considerações finais

A experiência brevemente descrita, além de apresentar uma possibilidade didática evidenciou também possibilidades que o ensino relacionado aos grupos ocultados nos livros didáticos e nas abordagens no ensino de História, ocorram a partir de outras perspectivas. Existe

a necessidade de discutir com os alunos novos conteúdos sobre os povos indígenas no Brasil quando possível vinculado a história local, como no caso de Pesqueira.

Dessa forma é muito necessário mudanças nas abordagens sobre os povos indígenas no ensino, em sala aula. Questionando os conteúdos tratados, o livro didático e as práticas escolares que ressaltam a ideia da cultura única, de uma identidade nacional genérica, reforçando estereótipos, desconsiderando a diversidade e os direitos dos povos indígenas. Isso porque,

As práticas escolares muito têm a ver com estratégias que acomodam perto ou à distância os sujeitos e povos que narramos como parte da diversidade. Este contexto, parece não acolher nem tolerar índios que não combinam com versões estereotipadas, que não se encaixam na condição de exotismo, que perturbam as noções de natural hierarquia e que reivindicam lugares, colocando sob suspeita, por exemplo, nossas noções de propriedade da terra, dos bens, do conhecimento. Tais práticas participam de uma ampla rede de saberes e poderes que dão sentido à identidade e à diferença e nos ensinam sobre quem somos e podemos vir a ser; quem são os outros, o que podem ser e qual lugar ocupam (BONIN, 2010, p.82).

Oportunizar a ideia de que os antes denominados “silvícolas” por governos anteriores e que outrora foram tutelados pelo Estado, são sujeitos na convivência no dia a dia com o “homem branco” é uma atitude de justiça histórica com os povos indígenas. Afinal, os indígenas no Brasil, em sua maioria convivem de longa data com nossa sociedade e ainda assim expressando suas práticas socioculturais.

O povo Xukuru do Ororubá tem uma participação relevante na história do município de Pesqueira, vivenciando processos desde o início da colonização portuguesa na região as mobilizações contemporâneas pela demarcação de suas terras, a vida operária, a participação política em vários aspectos ao longo do tempo, a territorialização urbana com a formação de um bairro na cidade, o Bairro “Xucurus”. O bairro com maior concentração de indígenas na cidade. Como também a busca incessante por dignidade para viver e ser respeitado, faz desse povo uma página importante no passado e presente de Pesqueira impossível de ser apagada ou colocado no esquecimento.

As memórias dos Xukuru do Ororubá remetem a momentos históricos como a participação dos indígenas na Guerra do Paraguai, lembrado ainda na atualidade por habitantes no município. Os indígenas relatam também a viagem ao Rio de Janeiro na década de 1950 quando foram procurar Rondon e conquistara a instalação de um Posto do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) na Serra do Ororubá. Ou ainda as mobilizações em Brasília-DF, durante a Assembleia Nacional Constituinte em 1986, quando sob a liderança do Cacique

“Xikão” com indígenas de todo o Brasil, reivindicaram e garantiram os direitos indígenas na Constituição Federal aprovada em 1988 e em vigor (SILVA, 2008).

A experiência vivenciada buscando evidenciar história indígena e também a efetiva participação dos índios da história local. Onde os professores de História podem contribuir com reflexões, práticas e abordagens no ensino sobre a história e as culturas indígenas como determina a legislação. De forma que o ensino da temática indígena não fique vinculado a uma data comemorativa, o 19 de abril o “Dia do índio”, tampouco aos discursos das oligarquias invasoras nas terras indígenas que negam, omitem e desconsideram os indígenas.

E como afirmou o Cacique Marcos Xukuru (OLIVEIRA, 2010), antes da “descida” para a cidade, a partir do território indígena ao final da assembleia anual Xukuru do Ororubá, para a realização do ato público em memória do Cacique “Xicão”: “Diga ao povo que avance!”. E ouvindo como resposta dos indígenas: “Avançaremos!”.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Eliene A. de. (Org.). *Xucuru, filhos da mãe Natureza: uma história de resistência e luta*. 2. ed. Olinda: CCLF/Pesqueira Prefeitura Municipal, 2002.
- ALMEIDA, Maria R. C. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 2010.
- BONIN, Iara Tatiana. Povos indígenas na rede das temáticas escolares: o que isso nos ensina sobre identidades, diferenças e diversidade? *Revista Currículo sem Fronteiras*, v.10, n.1, p.73-83, Jan./Jun. 2010.
- BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GOMES, Luana Barth. A temática indígena na escola: ensaios de educação intercultural. *Currículo sem Fronteiras*, v.12, n.1, pp. 53-69, Jan./Abr. 2012
- BRASIL. Lei nº 11.645/2008. Inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura Afro-Brasileira e Indígena”. 2008.
- DANTAS, Mariana Albuquerque. Identidades indígenas no Nordeste. In: WITTMANN, Luísa Tombini. (Org.). *Ensino (d)e história indígena*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 81-115.
- GOMES, Luana Barth. *Legitimando saberes indígenas na escola*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- LAMAS, Fernando Gaudereto; VICENTE, Gabriel Braga; MAYRINK, Natasha. Os indígenas nos livros didáticos: uma abordagem crítica. *Revista Cadernos de Estudos e Pesquisas na Educação Básica*, v.2, n.1, p. 124-139, 2016.
- LEAL, Caroline; ANDRADE, Lara E. (Orgs.). *Guerreiras: a força da mulher indígena*. Olinda, Centro Luiz Freire, 2013.
- MEDEIROS, M. do C. *Igreja e dominação no Brasil escravista: o caso dos Oratorianos de Pernambuco – 1659-1830*. João Pessoa, Ideia, 1993.
- MEINERZ, Carla Beatriz. Ensino de História, diálogo intercultural e relações étnico-raciais. *Educação & Realidade*, v. 42, n. 1, p. 59-77, jan./mar. 2017.
- MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas. In: NOVAES, Adauto. (Org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1999, p. 237-249.

NEVES, Rita de Cássia. *Dramas e performances: o processo de reelaboração étnica nos rituais, festas e conflitos*. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

OLIVEIRA, Kelly Emanuely de. Construindo redes e relações: estratégias políticas no povo indígena Xukuru (PE). *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, ano 14, vol.21(2): 235-264, 2010.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004, p. 13-38.

SETTE, Hilton. *Pesqueira: aspectos de sua Geografia Urbana e de suas interrelações regionais*. Recife, Colégio Estadual de Pernambuco, 1956.

SILVA, Edson. Índios no Nordeste: por uma história socioambiental regional. *Cadernos do CEAS*, v. 240, p. 117-136, 2017.

SILVA, Edson. História indígena e história socioambiental no Semiárido pernambucano: os Xukuru do Ororubá. In: SILVA, Edson H; SANTOS, Carlos Alberto da S; OLIVEIRA, Edivania Granja da S; COSTA NETO, Erando M. (Orgs.). *História Ambiental e história indígena no Semiárido brasileiro*. Fera de Santana/BA: UEFS Editora, 2016, p. 13-33.

SILVA, Edson Hely. *Xukuru: memórias e História dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988*. Tese (Doutorado em História). Campinas. Universidade Estadual de Campinas, 2008

SILVA, Edson. Povos indígenas e ensino de história: Subsídios para a abordagem da temática indígena em sala de aula. In: *História e ensino*. Londrina, p. 45-62, 2002.

SILVA, Maria da Penha da. Para além do dia 19 de abril: a temática indígena na escola, entre limites e possibilidades. *MÉTIS: história & cultura*. v. 17, n. 33, p. 81-102, jan./jun. 2017a.

SILVA, Maria da Penha da. Vozes indígenas Xukuru do Ororubá sobre a aplicação da Lei nº 11.645/2008 nas escolas municipais em Pesqueira/PE. *Revista Ensino Interdisciplinar*, v. 3, nº. 08, p. 289-308, 2017b.

¹Informações disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/pesqueira/panorama> Acesso em 20/09/2019

²Trecho da canção “Demarcação já!”. Letra de Carlos Rennó, no documentário “Demarcação já!”, abril 2017. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=wbMzdkaMsd0> Acesso em 20/09/2019.

Recebido em 30/09/2019.

Aceito em 01/11/2019.